

Referencial de Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas

Nota à Consulta Pública

I. O Referencial de Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas

Em março de 2015 foi celebrado entre o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) e o Ministério da Economia, através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação I.P., um Protocolo de Cooperação para a formação financeira de empreendedores, gestores e empresários de micro, pequenas e médias empresas.

Este protocolo visa, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira (Plano), a elaboração de um referencial de formação financeira para os empreendedores, empresários e gestores das micro, pequenas e médias empresas (Referencial) com o objetivo de apoiar os formadores na preparação de ações de formação adequadas a diferentes realidades e, em simultâneo, sensibilizar para a importância da formação financeira em contexto empresarial.

Foram identificados 10 temas principais, desenvolvidos em subtemas e conteúdos:

1. Sistema económico e financeiro
2. A empresa: constituição e desenvolvimento
3. Contabilidade e análise económica e financeira
4. Plano de negócios e planeamento financeiro
5. Contas e serviços de pagamento
6. Financiamento bancário, características e principais produtos
7. Financiamento de mercado, aplicações financeiras e gestão de riscos de mercado
8. Seguros, funções e principais características
9. Fundos de pensões, funções e principais características
10. Prevenção da fraude

O Referencial constitui-se como um quadro orientador para a implementação da formação financeira no meio empresarial, podendo ser utilizado em contextos diversificados (setor de atividade, dimensão da empresa, fase de desenvolvimento do negócio ou área geográfica) e adaptado ao público-alvo de cada ação de formação.

II. O processo de Consulta Pública

Apresentado publicamente no Dia da Formação Financeira, a 30 de outubro, o Referencial foi submetido a um processo de Consulta Pública ao longo do mês de novembro, com o objetivo de recolher comentários de todos os interessados em relação aos temas, subtemas e conteúdos apresentados, bem como sugestões e propostas adicionais de sessões formativas.

Durante o processo de Consulta Pública realizaram-se, em vários pontos do país, reuniões bilaterais entre o IAPMEI, os supervisores e associações empresariais, confederações e parceiros do Plano. Os contributos recebidos, dada a proximidade destas entidades com as empresas, foram muito importantes na construção de um documento final abrangente e adequado às necessidades dos seus públicos-alvo.

Além dos contributos recolhidos no decurso destas reuniões, foram também recebidos contributos de outras entidades, a quem se agradece o envolvimento e participação. A lista de todas as entidades participantes neste processo de Consulta Pública é apresentada no Ponto III.

Os contributos recebidos foram tidos em conta na preparação da nova versão do Referencial, enriquecendo assim os conteúdos inicialmente apresentados.

Esta nova versão do Referencial que incorpora os contributos recebidos será utilizada no projeto-piloto de formação, podendo ainda ser objeto de pequenas alterações em resultado das ações de formação a realizar.

III. Entidades que participaram na Consulta Pública

Foram recebidos contributos de 28 entidades no âmbito da consulta pública ao Referencial de Formação Financeira para micro, pequenas e médias empresas, através de *email* e recolhidos comentários e sugestões nas reuniões promovidas pelo IAPMEI e pelos supervisores em Lisboa, Porto e Faro:

- ACRAL - Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve
- AEP - Associação Empresarial de Portugal
- AERLIS - Associação Empresarial da Região de Lisboa
- Agrogarante - Sociedade de Garantia Mútua SA
- AHRESP - Associação de Hotelaria Restauração e Similares de Portugal
- AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro
- AIMinho - Associação Empresarial do Minho
- AIP - Associação Industrial Portuguesa
- ALF - Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting
- APB - Associação Portuguesa de Bancos
- APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios
- Bluepharma
- CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
- CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- CIP - Confederação Empresarial de Portugal
- CTP - Confederação do Turismo Português
- Garval - Sociedade de Garantia Mútua SA
- Groupen Lda
- Lisgarante - Sociedade de Garantia Mútua
- NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve
- NERBE - Núcleo Empresarial da Região de Beja
- NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém
- Norgarante - Sociedade de Garantia Mútua SA
- OCC - Ordem dos Contabilistas
- OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- Payforward
- Portugal Capital Ventures - Sociedade de Capital de Risco SA
- Turismo de Portugal

IV. Contributos recebidos

Os contributos recebidos no âmbito do processo de consulta pública sublinharam, através dos testemunhos das entidades que de perto trabalham com a realidade empresarial nacional, a importância da promoção da formação financeira junto de micro e pequenas empresas e empreendedores.

Foi também consensual que os temas escolhidos são relevantes e o formato flexível adotado pelo Referencial é adequado aos conhecimentos financeiros da maioria dos empreendedores, empresários e gestores de micro, pequenas e médias empresas portuguesas.

A generalidade dos contributos recebidos foram incluídos, havendo, contudo, alguns que não foi possível acolher.

Temas que são igualmente importantes para a atuação deste público, como as competências comportamentais ou a questão fiscal foram mencionados nas sessões presenciais de auscultação enquanto relevantes para o dia-a-dia dos empreendedores, empresários e gestores. Apesar de serem reconhecidamente temas importantes para as empresas, não foram incluídos por se tratarem de áreas temáticas fora do âmbito de competências e atribuições das entidades promotoras desta iniciativa.

A importância de preparar as empresas para um adequado relacionamento com o sistema financeiro foi uma das sugestões recolhidas. Reconhecendo-se esta preocupação, foram incluídos no Referencial conteúdos que se crê contribuirão para melhor informar e preparar as empresas para a sua interação com os prestadores de serviços financeiros.

Também as especificidades das empresas voltadas para a exportação são aspetos importantes que foram reconhecidos, sendo incluídas, no Ponto 4 do Referencial, propostas de sessões formativas para empresas que pretendem promover a exportação dos seus produtos ou serviços.

Relativamente às propostas de sessões formativas incluídas no Referencial, foram manifestadas algumas preocupações, nomeadamente no que se refere à necessidade de ajustamento da abordagem e da linguagem da formação a diferentes contextos. Relembra-se que o Referencial identifica temas das áreas económica e financeira relevantes para o desenvolvimento de competências específicas e em função das quais cada formador deverá desenvolver o seu próprio programa de formação, tendo em atenção as efetivas necessidades do seu público-alvo.

As propostas que se apresentam no Referencial constituem meras sugestões de abordagem de alguns dos conteúdos, e podem ser adaptadas em termos de profundidade e carga horária a contextos e públicos-alvo específicos. Qualquer uma das sessões formativas propostas pode ser ajustada pelo formador de acordo com o perfil e disponibilidade dos formandos e com os objetivos a atingir. Algumas das sessões irão ainda ser objeto de avaliação na formação piloto a desenvolver junto de empresas, podendo vir a ser ajustadas em termos de cargas horárias e seleção de temas de acordo com os resultados obtidos.

O Referencial pode ser visto como um primeiro passo para que os empreendedores, empresários e gestores adquiram e desenvolvam conhecimentos económicos e financeiros básicos com o objetivo de adequar comportamentos e atitudes na sua resposta às necessidades e condicionalismos. No entanto, as ações formativas a desenvolver poderão ser complementadas com outros temas que os formadores considerem relevantes para o público-alvo em questão e para os objetivos que pretendem alcançar.

Pretende-se que a formação financeira desenvolvida no âmbito do Referencial contribua para a melhoria do desempenho financeiro e para a produção de resultados concretos no dia-a-dia das empresas, não se ambicionando, no entanto, formar especialistas na área financeira ou substituir a formação académica específica nesta área.